



Sumário

Atos do Poder Judiciário.....	1
Atos do Poder Legislativo.....	2
Atos do Poder Executivo.....	3
Presidência da República.....	23
Ministério da Agricultura e Pecuária.....	24
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	30
Ministério das Comunicações.....	33
Ministério da Cultura.....	37
Ministério da Defesa.....	44
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.....	67
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.....	67
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.....	85
Ministério da Educação.....	94
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.....	95
Ministério da Fazenda.....	95
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.....	100
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.....	100
Ministério da Justiça e Segurança Pública.....	100
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.....	112
Ministério de Minas e Energia.....	112
Ministério do Planejamento e Orçamento.....	132
Ministério de Portos e Aeroportos.....	134
Ministério da Previdência Social.....	134
Ministério da Saúde.....	134
Ministério do Trabalho e Emprego.....	200
Ministério dos Transportes.....	200
Banco Central do Brasil.....	203
Controladoria-Geral da União.....	203
Ministério Público da União.....	204
Tribunal de Contas da União.....	204
Poder Judiciário.....	219
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	220

.....Esta edição é composta de 222 páginas.....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

**Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

ADI 7710 Mérito

Relator(a): **Min. Dias Toffoli**

REQUERENTE(S): Procurador-geral da República

INTERESSADO(A/S): Presidente da República

PROCURADOR(ES): Advogado-geral da União

INTERESSADO(A/S): Congresso Nacional

PROCURADOR(ES): Advogado-geral da União

ADVOGADO(A/S): Advocacia do Senado

ADVOGADO(A/S): Luiza Deretti Martins - OAB 131245B/RS

ADVOGADO(A/S): Mateus Fernandes Vilela Lima - OAB 36455/DF

ADVOGADO(A/S): Gabrielle Tatith Pereira - OAB 30252/DF

AMICUS CURIAE: Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União - Fenajufe

AMICUS CURIAE: Associação Nacional dos Técnicos Judiciários do Poder Judiciário da União e dos Técnicos do Ministério Público da União - Anatecjus

AMICUS CURIAE: Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Distrito Federal - Assejus

ADVOGADO(A/S): Raimundo Cezar Britto Aragao - OAB's (32147/DF, 234932/RJ, 1190/SE, 140251/MG, 439314/SP)

AMICUS CURIAE: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - Sindjus/df

ADVOGADO(A/S): Marlucio Lustosa Bonfim - OAB's (16619/DF, 47806-A/CE, 429830/SP)

AMICUS CURIAE: Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União - Anajus

ADVOGADO(A/S): Alberto Emanuel Albertin Malta - OAB's (126102/PR, 260280/RJ, 46056/DF, 456898/SP)

AMICUS CURIAE: Associação dos Servidores do Ministério Público Federal - Asmpf

ADVOGADO(A/S): Pedro Araujo Martins - OAB 46251/DF

AMICUS CURIAE: Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - Sintrajusc

ADVOGADO(A/S): Pedro Mauricio Pita da Silva Machado - OAB's (24372/RS, 29543/DF, 12391/SC)

AMICUS CURIAE: Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União no Rio Grande do Sul - Sintrajufe

ADVOGADO(A/S): Felipe Neri Dresch da Silveira - OAB's (33779/RS, 02194/A/DF)

AMICUS CURIAE: Associação Nacional dos Analistas Jurídicos do Mpu, Conselho Nacional do Mp e Escola Superior do Mpu - Anajur

ADVOGADO(A/S): Alberto Emanuel Albertin Malta - OAB's (126102/PR, 260280/RJ, 46056/DF, 456898/SP)

AMICUS CURIAE: Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

ADVOGADO(A/S): Alexandre Torrezan Masserotto - OAB's (147097/SP, 189114/MG)

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta de inconstitucionalidade e julgou improcedente o pedido veiculado, nos termos do voto do Relator, Ministro Dias Toffoli, vencidos os Ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. O Ministro Edson Fachin acompanhou o Relator com ressalvas. Falaram: pelo interessado Congresso Nacional, a Dra. Carolina Guimarães Ayupe, Advogada do Senado Federal; pelos amici curiae Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, Associação Nacional dos Técnicos Judiciários do Poder Judiciário da União e dos Técnicos do Ministério Público da União - ANATECJUS e Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal - ASSEJUS, o Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão; pelo amicus curiae Associação Nacional dos Analistas Jurídicos do MPU, Conselho Nacional do MP e Escola Superior do MPU - ANAJUR, o Dr. Lucas Gonçalves Simões Vieira; pelo amicus curiae Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC, o Dr. Pedro Pita Machado; e, pelo amicus curiae Associação Nacional dos Analistas do Poder Judiciário e do Ministério Público da União - ANAJUS, o Dr. Mathaeus Lazarini de Almeida. Plenário, Sessão Virtual de 16.5.2025 a 23.5.2025.

EMENTA

Direito constitucional e administrativo. Ação direta de inconstitucionalidade. Dispositivos da Lei nº 14.591, de 25 de maio de 2023. Emendas parlamentares a projeto de lei de iniciativa privativa do Ministério Público. Elevação do status dos cargos de analista e de técnico do Ministério Público da União à condição de essenciais à atividade jurisdicional. Inserção da exigência de nível superior para o cargo de técnico do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público. Alegação de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa decorrente da suposta ausência de pertinência temática. ocorrência. Emendas parlamentares que não desfiguraram a proposição original. Matéria intrínseca à organização e ao regime jurídico do quadro funcional do Ministério Público da União. Pertinência temática evidenciada. Constitucionalidade. Improcedência dos pedidos veiculados.

I. Caso em exame

1. Cuida-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Procurador-Geral da República relativa aos arts. 2º e 3º da Lei nº 14.591, de 25 de maio de 2023, inseridos por emendas parlamentares no curso do processo legislativo, pelos quais (i) se elevou o status dos cargos de analista e de técnico do Ministério Público da União à condição de essenciais à atividade jurisdicional, e (ii) se exigiu nível superior para o cargo de técnico do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

II. Questão em discussão

2. A questão em discussão consiste em saber se as emendas parlamentares ao projeto de lei de iniciativa privativa, ao alçarem o status dos cargos de analista e de técnico do Ministério Público da União à condição de essenciais à atividade jurisdicional e exigirem nível superior para o cargo de técnico do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, guardam pertinência temática em relação ao conteúdo do projeto de lei originalmente proposto, de modo a averiguar a higidez constitucional formal dos dispositivos impugnados.

III. Razões de decidir

3. São formalmente constitucionais as emendas parlamentares ao projeto de lei de iniciativa privativa que (i) não impliquem aumento de despesa e que (ii) guardem pertinência temática com o objeto do projeto encaminhado ao Poder Legislativo, de modo a não desfigurá-lo. Precedentes.

4. O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a ADI nº 7.709/DF (Rel. Min. Cristiano Zanin, Tribunal Pleno, DJe de 7/4/25), declarou a constitucionalidade de disposições da Lei nº 14.456, de 21 de setembro de 2022, inseridas por emendas parlamentares no processo legislativo, que exigiram curso superior como requisito para a investidura na carreira de técnico Judiciário do Poder Judiciário da União, por não vislumbrar ausência de pertinência temática entre os dispositivos inseridos por emendas parlamentares e o teor original da proposição legislativa, que versava sobre transformação de "cargos vagos das carreiras de auxiliar Judiciário e de Técnico Judiciário em cargos vagos da carreira de Analista Judiciário do Quadro Permanente" do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

5. In casu, o art. 3º da Lei nº 14.591, de 25 de maio de 2023, inserido por emenda parlamentar, ao veicular a exigência de nível superior para o cargo de técnico do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, não desfigurou o projeto de lei originalmente proposto pelo Procurador-Geral da República, porquanto contém matéria intrínseca à organização e ao regime jurídico do quadro funcional do Ministério Público da União, no qual se insere o Ministério Público Militar, ramo do Parquet sobre o qual o projeto de lei versava.

6. O art. 2º da legislação tão somente alçou o status dos cargos de analista e de técnico do Ministério Público da União, ambos de seu quadro de pessoal efetivo, à condição de essenciais à atividade jurisdicional, disposição amplamente relacionada à proposição legislativa originalmente encaminhada ao Congresso Nacional, que versava, ao fim e ao cabo, justamente sobre determinados cargos integrantes do quadro funcional do Ministério Público da União.

7. A caracterização da impertinência temática exige que as matérias versadas na proposição original e por meio de emendas sejam completamente estranhas e alheias entre si. Precedentes.

8. Foi devidamente cumprido o requisito da pertinência temática entre as emendas parlamentares e o projeto de lei de iniciativa privativa, razão pela qual não se constata qualquer mácula à higidez constitucional dos dispositivos impugnados na presente ação direta.

IV. Dispositivo

9. O Supremo Tribunal Federal conhece da presente ação direta de inconstitucionalidade e a julga improcedente.

Dispositivos relevantes citados: CRFB/88, arts. 127, § 2º; e 128, § 5º.

Jurisprudência relevante citada: ADI nº 7.709/DF (Rel. Min. Cristiano Zanin, Tribunal Pleno, DJe de 7/4/25).

ADI 7180 ADI-ED

Relator(a): **Min. Alexandre de Moraes**

EMBARGANTE(S) Tribunal de Contas do Estado do Amapá-tce/ap

ADVOGADO(A/S): Eurico Araújo Vasques Júnior - OAB 851/AP

EMBARGADO(A/S) Procurador-geral da República

INTERESSADO(A/S): Assembleia Legislativa do Estado Do amapá

ADVOGADO(A/S): Sem Representação nos Autos

INTERESSADO(A/S): Governador do Estado do Amapá

PROCURADOR(ES): Procurador-geral do Estado do Amapá

INTERESSADO(A/S): Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá

ADVOGADO(A/S): Sem Representação nos Autos

Decisão: Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Flávio Dino e Cristiano Zanin, que conheciam parcialmente do recurso e, nessa extensão, acolhiam os embargos de declaração apenas para, conferindo efeitos ex nunc ao acórdão embargado, preservar os efeitos jurídicos dos atos já praticados pelos ocupantes de cargos diretivos eventualmente atingidos pela declaração de inconstitucionalidade pronunciada nesta ação direta, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 24.5.2024 a 4.6.2024.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Dias Toffoli e do voto do Ministro Gilmar Mendes, ambos acompanhando o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator); e do voto do Ministro Cristiano Zanin, que, nesta assentada, reajustava seu voto para divergir do Relator e não conhecer dos embargos de declaração, fixando, de ofício e nos termos do art. 27 da Lei n. 9.868/99, a modulação dos efeitos da decisão de mérito para preservar os efeitos dos atos já praticados pelos Conselheiros ocupantes de cargos diretivos atingidos pela pronúncia de inconstitucionalidade nesta ação, pediu vista dos autos o Ministro André Mendonça. Plenário, Sessão Virtual de 18.10.2024 a 25.10.2024.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu parcialmente do presente recurso e, nessa extensão, acolheu os embargos de declaração apenas para, conferindo efeitos ex nunc ao acórdão embargado, preservar os efeitos jurídicos dos atos já praticados pelos ocupantes de cargos diretivos eventualmente atingidos pela declaração de inconstitucionalidade pronunciada nesta ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos parcialmente os Ministros Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso (Presidente) e André Mendonça, que não conheciam dos embargos de declaração, fixando, de ofício e nos termos do art. 27 da Lei n. 9.868/99, a modulação dos efeitos da decisão de mérito para preservar os efeitos dos atos já praticados pelos Conselheiros ocupantes de cargos diretivos atingidos pela pronúncia de inconstitucionalidade nesta ação. Plenário, Sessão Virtual de 11.4.2025 a 24.4.2025.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REELEIÇÕES ILIMITADAS PARA CARGOS DE DIREÇÃO EM TRIBUNAIS DE CONTAS. RENÚNCIA DO CORPO DIRETIVO E IMEDIATA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO PARA OS CARGOS VACANTES. PEDIDO DE PRESERVAÇÃO DA ATUAL COMPOSIÇÃO DA MESA PREJUDICADO. MODULAÇÃO DA DECISÃO APENAS PARA PRESERVAR OS EFEITOS JURÍDICOS DOS ATOS



CONSULTA PÚBLICA Nº 20, DE 12 DE JUNHO DE 2025

A Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "SECADOR PROFISSIONAL DE CABELO e SECADOR DE CABELO PARA USO DOMÉSTICO", industrializados na Zona Franca de Manaus.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria, no endereço: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/novo-portal/consultas-publicas>

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgia@mcti.gov.br, cgtd@mcti.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

UALLACE MOREIRA LIMA
Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços

ANEXO

PROPOSTA Nº 050/24 - ALTERAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO - PPB PARA OS PRODUTOS "SECADOR PROFISSIONAL DE CABELO E SECADOR DE CABELO PARA USO DOMÉSTICO", INDUSTRIALIZADOS NA ZONA FRANCA DE MANAUS, ESTABELECIDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEEXEC/MCTI Nº 33, DE 10.07.2020.

1) Alteração da tabela de pontuação constante do art. 1º da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEEXEC/MCTI nº 33, de 10 de julho de 2020, em relação à pontuação de cada etapa produtiva, bem como em relação aos valores das metas, conforme o quadro a seguir:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA PRODUTIVA	PONTOS POR ETAPA
I	Projeto e desenvolvimento no País.	80
II	Investimento em P&D, valendo 2 pontos para cada 1% investido em P&D, limitado a um máximo de 8 pontos.	80
III	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) do corpo ou gabinete.	100
IV	Pintura do corpo ou gabinete.	110
V	Tampografia do corpo ou gabinete.	10
VI	Estampagem das partes metálicas.	10
VII	Corte, decape e crimpagem dos cabos da resistência de aquecimento.	40
VIII	Bobinamento dos fios metálicos e integração das demais partes da resistência de aquecimento.	280
IX	Fabricação das chaves interruptoras a partir da injeção das partes plásticas e injeção/estampagem da carcaça.	60
X	Fabricação do motor elétrico a partir da estampagem das lâminas do rotor e estator.	190
XI	Laminação, furação e teste elétrico da placa de circuito impresso.	20
XII	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso.	110
XIII	Trefilação dos fios dos cabos de força.	70
XIV	Impressão de manuais, etiquetas, logomarcas, logotipos e afins.	10
XV	Impressão, dobra e corte da embalagem.	50
XVI	Integração das partes elétricas e mecânicas na formação final do produto.	90
XVII	Testes.	10
	PONTUAÇÃO TOTAL	1.320

PRODUTO	META DE PONTUAÇÃO POR PRODUTO
SECADOR DE CABELO PARA USO DOMÉSTICO	460
SECADOR PROFISSIONAL DE CABELO	540

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 934, DE 16 DE JUNHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo Judicial nº 5009609-61.2022.4.03.6100, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00895/2024/CORESPNE/PRU3R/PGU/AGU e do Parecer de Força Executória nº 00398/2025/CORESPNE/PRU3R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 121/2024/CIP/CGGA/CA/ADMV/GM.MDHC/MDHC, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69436, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 1.374, de 3 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 195, Seção 1, pág. 54, de 8 de outubro de 2024.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria nº 494, de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 36, Seção 1, pág. 74, de 21 de fevereiro de 2022, que indeferiu o requerimento de anistia.

Art. 3º Declarar CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA anistiado político e conceder a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), devendo ser cumprida a partir do mês de Agosto/2024.

Parágrafo único. A reparação econômica deverá ser implementada a partir do mês de dezembro de 2024, devendo ser incluído em folha de pagamento o valor retroativo correspondente aos meses de agosto a novembro de 2024, no montante mensal de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Art. 4º Conceder contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos, no período de 15/10/1969 a 28/08/1979 cabendo ao INSS análise para evitar contagem em dobro.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 797, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 4 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a R.A.S.F., Processo nº 00135.200611/2025-97, recebido neste Ministério em 10/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 798, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 4 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a M.F.S., Processo nº 00135.201510/2025-33, recebido neste Ministério em 21/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 799, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 4 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a M.F.O., Processo nº 00135.201151/2025-14, recebido neste Ministério em 15/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 800, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 4 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a A.S., Processo nº 00135.201865/2025-22, recebido neste Ministério em 23/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 801, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 4 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a L.M.D., Processo nº 00135.200838/2025-32, recebido neste Ministério em 13/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 802, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 4 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a B.R., Processo nº 00135.227390/2024-13, recebido neste Ministério em 14/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 803, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 81ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 4 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a M.L.R., Processo nº 00135.227631/2024-24, recebido neste Ministério em 15/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO



PORTARIA Nº 858, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a V.O.S., Processo nº 00135.214711/2025-09, recebido neste Ministério em 22/04/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 859, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a L.O., Processo nº 00135.214770/2025-79, recebido neste Ministério em 22/04/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 860, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a M.R.R.S.J., Processo nº 00135.201867/2025-11, recebido neste Ministério em 23/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 861, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a J.R., Processo nº 00135.208669/2025-89, recebido neste Ministério em 07/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 862, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a D.A.M.L., Processo nº 00135.206186/2025-40, recebido neste Ministério em 29/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 863, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a N.S.O., Processo nº 00135.213848/2025-38, recebido neste Ministério em 28/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 864, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a F.C.M.D., Processo nº 00135.208297/2025-91, recebido neste Ministério em 10/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 865, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a R.M.M.D., Processo nº 00135.204431/2025-84, recebido neste Ministério em 10/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 866, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a H.P.O., Processo nº 00135.207448/2025-93, recebido neste Ministério em 05/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 867, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a C.R., Processo nº 00135.205428/2025-88, recebido neste Ministério em 27/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 868, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a J.F.R., Processo nº 00135.208509/2025-30, recebido neste Ministério em 10/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 869, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a M.L.C.S., Processo nº 00135.211641/2025-29, recebido neste Ministério em 24/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 870, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a L.S.P., Processo nº 00135.201862/2025-99, recebido neste Ministério em 23/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 871, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a M.S.A., Processo nº 00135.209442/2025-51, recebido neste Ministério em 11/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 872, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a F.S.A., Processo nº 00135.208410/2025-38, recebido neste Ministério em 10/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 873, DE 29 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 82ª Reunião Extraordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 16 de maio de 2025, resolve:

INDEFERIR o requerimento formulado pelo reclamante de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, constante no Anexo desta Portaria.

MACAÉ EVARISTO

ANEXO

REQUERENTE	REQUERIMENTO SEI/MDHC
E.C.O.	00135.201872/2025-24

PORTARIA Nº 762, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 194ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 28 de março de 2025, resolve:

DEFERIR a A.R.F., Processo nº 00135.200599/2025-11, recebido neste Ministério em 10/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO



PORTARIA Nº 825, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a J.J.B.F., Processo nº 00135.201036/2025-40, recebido neste Ministério em 15/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 826, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a G.D.S., Processo nº 00135.201645/2025-07, recebido neste Ministério em 22/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 827, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a O.J.D.S., Processo nº 00135.201650/2025-10, recebido neste Ministério em 22/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 828, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a C.R.P., Processo nº 00135.200811/2025-40, recebido neste Ministério em 14/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 829, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a M.F.O., Processo nº 00135.200717/2025-91, recebido neste Ministério em 13/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 830, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a R.F.S., Processo nº 00135.201512/2025-22, recebido neste Ministério em 21/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 831, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a G.F.V.N., Processo nº 00135.201135/2025-21, recebido neste Ministério em 17/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 832, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a V.M.N., Processo nº 00135.201877/2025-57, recebido neste Ministério em 23/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 833, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a F.M.P., Processo nº 00135.201875/2025-68, recebido neste Ministério em 23/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 834, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a J.M.L., Processo nº 00135.201758/2025-02, recebido neste Ministério em 21/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 835, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a A.N.V., Processo nº 00135.201123/2025-05, recebido neste Ministério em 15/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 836, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a T.C.S., Processo nº 00135.200835/2025-07, recebido neste Ministério em 13/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 837, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

DEFERIR a R.A.S., Processo nº 00135.201504/2025-86, recebido neste Ministério em 21/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 838, DE 27 DE MAIO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 195ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 11 de abril de 2025, resolve:

INDEFERIR os requerimentos formulados pelos reclamantes de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, constantes no Anexo desta Portaria.

MACAÉ EVARISTO

ANEXO

REQUERENTE	REQUERIMENTO SEI/MDHC
F.R.A.	00135.200570/2025-39
A.P.R.A.	00135.201429/2025-53

PORTARIA Nº 894, DE 11 DE JUNHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 197ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 30 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a J.M.P., Processo nº 00135.206842/2025-12, recebido neste Ministério em 31/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 895, DE 11 DE JUNHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 197ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 30 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a G.C.M., Processo nº 00135.213778/2025-18, recebido neste Ministério em 11/03/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 896, DE 11 DE JUNHO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 197ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 30 de maio de 2025, resolve:

DEFERIR a J.E.F.P., Processo nº 00135.210260/2025-22, recebido neste Ministério em 18/02/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO



